



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**EDITAL**

Nº 126/XIII-3º/2021-25

**(Moções/Deliberações)**

Ivan da Costa Gonçalves, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro de 2023 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 21 de setembro de 2023, a Assembleia Municipal aprovou as seguintes Moções/Deliberações:

**Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Patrão**

No passado dia 16 de julho faleceu Luís Patrão, destacado e histórico dirigente do Partido Socialista, e então Secretário Nacional para a Administração e membro da sua Comissão Permanente.

Nascido a 08 de dezembro de 1954 na Covilhã e licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Luís Patrão desempenhou, ao longo das últimas décadas e em diferentes momentos, relevantes funções na vida do Partido e do País, nomeadamente enquanto deputado às II e VIII Legislativas, Chefe dos Gabinetes dos Primeiros-Ministros dos XIII e XVII Governos Constitucionais, Secretário de Estado da Administração Interna entre 1999 e 2000, Presidente do Turismo de Portugal entre 2006 e 2011, e, desde 2014, Secretário Nacional para a Administração e membro da Comissão Permanente do PS.

O seu notável percurso profissional, cívico e político no Partido Socialista e em diversas áreas da sociedade ficará sem dúvida registado na história da nossa democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, expressa à família, amigos do Dr. Luís Patrão e ao partido socialista as suas mais profundas condolências.

**Recomendação**

**Criação de um Banco Alimentar Animal em Almada**

O aumento do custo de vida generalizado que se faz sentir também na alimentação, trouxe dificuldades acrescidas aos munícipes carenciados com animais e às cuidadoras de colónias de gatos, que veem o preço das rações aumentar de dia para dia. Muitas pessoas sentiam já dificuldades em conseguir alimentar os seus animais, e a conjuntura atual acentuou muito essa realidade.

O apoio alimentar a animais de munícipes carenciados ou gatos de colónias inscritos no programa CED, para além de diminuir o abandono e os problemas de saúde, é um ato de solidariedade e apoio às pessoas em carência económica e às cuidadoras e cuidadores que lutam diariamente pelos animais que vivem na rua.

São vários os exemplos de municípios que já implementaram esta medida, e Almada, pode e deve dar este passo que significa uma enorme ajuda para quem mais precisa. Valongo criou em 2021 um banco alimentar animal para famílias carenciadas com animais. Penafiel também em 2021 criou um programa de apoio a famílias carenciadas, em que 1 vez ao mês, cada família recebe ração para os seus animais. De recordar que o município de Penafiel também apoia as famílias mais carenciadas na esterilização dos seus animais de companhia.

Propomos assim a criação de um Banco Alimentar Animal em Almada, com a cedência de um espaço onde a ração possa ser armazenada e posteriormente distribuída através de uma parceria com uma associação ou através da Provedoria dos animais e dos seus voluntários. São muitos os apelos de munícipes e de cuidadoras que não têm comida para os animais que cuidam, ficando numa situação de vulnerabilidade e desespero. Esta medida permite minimizar as dificuldades de quem cuida de animais de rua e de quem se vê sem capacidade económica para alimentar os seus animais.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- A criação de um Banco Alimentar Animal que permita ajudar com ração animais de munícipes carenciados e cuidadoras de colónias inscritas no programa CED.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**EDITAL**

Nº 126/XIII-3º/2021-25

**(Moções/Deliberações)**

**Moção**

**Saudação à Comunidade Educativa**

Com o início do novo ano escolar, saudamos toda a comunidade educativa, particularmente a almadense, na sua vasta composição de educadores, professores, alunos, técnicos educativos, assistentes operacionais e administrativos, associações de pais e encarregados de educação, assim como outras entidades ligadas à Educação que garantem o funcionamento do ano letivo 2023/2024.

O ano letivo 2023/2024 arrancou com dificuldades na contratação de docentes, situação que lamentavelmente é replicada ano após ano, agravada no atual quadro pela existência de cerca de um milhar de horários vazios, sobretudo nas regiões do Algarve e Lisboa e Vale do Tejo.

Sabemos a luta que a comunidade educativa, em particular professores e educadores, desenvolveram no passado ano letivo, em resultado de um acumular de anos sem resolução por parte da tutela e que expõem cada vez mais as fragilidades do sistema de ensino em Portugal, não devolvem direitos conquistados, nem a paz social tão necessária às escolas para cumprir o seu desígnio.

Também sabemos que é preciso recuperar a dignidade da carreira docente e que precisamos de uma escola com professores valorizados e motivados para corresponder aos desafios que a Escola hoje representa. As condições de trabalho na Escola daqueles que se dedicam ao ensino deve merecer o nosso respeito e esse respeito deve ser expresso pelas políticas públicas do governo.

A Educação pela importância que tem para a Sociedade, deve constituir-se como fator determinante para minorar e eliminar as desigualdades sociais, estimulando um ensino onde o desenvolvimento de competências académicas e outras coloquem os alunos no caminho do sucesso.

Se a opção for a intransigência que o Governo tem adotado, sem encontrar soluções para a colocação de professores, não garantir a estabilidade para o arranque do ano letivo, continuar a não negociar a reposição do tempo de serviço e a progressão nas carreiras, iremos referir-nos sempre à existência de um clima de instabilidade das escolas, dos professores, dos estudantes e das famílias.

Por termos a consciência do que têm sido os anos mais recentes vividos na Escola, com adversidades e intensas ações de luta, valorizamos o continuado e resiliente empenho da comunidade educativa para manter o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o desenvolvimento de competências e dos respetivos programas curriculares, ao mesmo tempo que prosseguem as suas reivindicações que correspondam à melhoria das suas condições de trabalho, salvaguardem direitos e promovam novas políticas educativas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Saudar a Comunidade Educativa, em particular a almadense, com sentimento de gratidão pelo seu papel fundamental na garantia de um ensino de qualidade nas nossas Escolas;
2. Manifestar a nossa solidariedade com as ações de luta e as reivindicações da Comunidade Educativa pela exigência de direitos, condições dos estabelecimentos de ensino, de trabalho, de estudo e melhoria das políticas educativas.

**Moção**

**Em defesa do Serviço Nacional de Saúde Público, Universal e Gratuito**

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) encontra-se hoje, quando se assinala o 44º Aniversário da sua criação (15 de setembro), fortemente colocado em causa! O SNS está em perigo, e é preciso salvá-lo!



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**EDITAL**

Nº 126/XIII-3º/2021-25

**(Moções/Deliberações)**

A situação que hoje se vive no SNS, é consequência direta das opções dos sucessivos governos em reduzir a sua capacidade de prestar cuidados de saúde à população, mas também do cada vez maior e mais evidente apetite dos grupos privados para se apropriarem do SNS, transferindo para o seu negócio um serviço essencial ao povo português.

Apesar de tudo, é notável a capacidade de resistência e de resposta aos problemas de saúde da população, que o SNS tem assegurado, destacando-se a resposta que foi capaz de dar às exigências extremas colocadas pela pandemia de Covid-19.

A defesa do SNS é uma das questões fundamentais que se coloca aos portugueses e às portuguesas nos dias de hoje, exigindo a inversão de um caminho que tem conduzido o SNS ao seu gradual dismantelamento, com transferência de parte significativa e fundamental das suas valências para o setor privado da saúde, colocando claramente em causa o direito constitucional de acesso aos cuidados de saúde em condições de igualdade a todos os portugueses e portuguesas.

A defesa do SN passa, igualmente, pelo reconhecimento do papel insubstituível dos trabalhadores da saúde, e pela necessidade de ser assegurada uma resposta positiva às suas justas reivindicações em matéria de valorização dos salários, melhoria das condições de trabalho, investimento na formação e valorização das carreiras profissionais. É necessário investimento para que seja assegurada a salvaguarda dos direitos dos utentes e a valorização dos profissionais de saúde.

Neste quadro, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), promoveu no passado sábado, dia 16 de setembro de 2023, a Jornada Nacional de Defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde, realizando marchas e concentrações em todas as capitais de distrito do continente português.

Estas 18 manifestações e concentrações, mobilizando muitos milhares de utentes dos serviços de saúde, trabalhadores e profissionais de todas as áreas da saúde, e população em geral, que saíram à rua em defesa deste direito fundamental conquistado com a Revolução de Abril e que a Constituição da República Portuguesa consagra, constituíram um importante momento de reafirmação de que o SNS é a única garantia de que todos os portugueses e todas as portuguesas possam aceder aos serviços e cuidados de saúde em condições de igualdade e equidade, e de acordo com as suas necessidades.

Milhares de trabalhadores, reformados, pensionistas e outras camadas da população, comissões de utentes da saúde, profissionais do setor da saúde, e outras organizações sociais e profissionais, trouxeram para as ruas a exigência de disponibilização ao SNS de mais recursos humanos, técnicos e financeiros, uma organização dos serviços que possibilite, de facto, o acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde gerais e integrados, de qualidade e em tempo útil, e a valorização das carreiras de todos os profissionais, em defesa de um SNS Público, Universal e Gratuito.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Reiterar a importância fundamental para a qualidade de vida dos portugueses e das portuguesas que assume a garantia de um Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.
2. Exigir o forte e indispensável investimento do Estado no reforço em recursos humanos – médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares e pessoal administrativo –, recursos técnicos e recursos financeiros, dotando o Serviço Nacional de Saúde das condições indispensáveis à prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os utentes sem exceções.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**EDITAL**

Nº 126/XIII-3º/2021-25

**(Moções/Deliberações)**

3. Exigir o forte e indispensável investimento do Estado na valorização dos salários, na melhoria das condições de trabalho, na formação profissional e na valorização das carreiras profissionais, e na salvaguarda dos direitos dos utentes.
4. Saudar vivamente a Jornada Nacional de Defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde promovida pela CGTP-IN no passado dia 16 de setembro em todas as capitais de distrito do continente português.

**Moção**

**Saudação à Seleção Nacional de Futsal Sub-19 e a Tomás Colaço**

No dia 10 de setembro, a Seleção Nacional de Futsal Sub-19 sagrou-se, pela primeira vez, Campeã da Europa, ao vencer na final a Espanha por 6-2, num jogo disputado em Porec, na Croácia.

Numa final em que Portugal começou por sofrer dois golos do adversário, os jovens portugueses conseguiram empatar até ao desfecho do primeiro tempo. Quis a história deste jogo que aos 36 minutos o golo que daria o 4-2 fosse apontado por Tomás Colaço, começando a destinar a viagem do cetro tão ambicionado até terras lusitanas.

Tomás Filipe Grácio Colaço nasceu em Almada, a 13 de outubro de 2004, tendo feito o seu percurso escolar no concelho e iniciado a sua prática desportiva na modalidade de futsal na época de 2011/2012 nos Pastilhas, seguindo na mesma época para a Casa do Benfica da Charneca da Caparica onde permaneceu até 2013/14, ingressando na época seguinte no Sport Lisboa e Benfica, clube com o qual mantém ligação, embora esteja presentemente na Quinta do Lombos, após passagem pela AD Fundão.

Almada é, reconhecidamente, uma terra de desportistas que se projetam a nível nacional e internacional, em resultado do trabalho desenvolvido pelo movimento associativo almadense, ao qual clubes de outra dimensão não ficam indiferentes e observam os talentos que por aqui proliferam, ao que se junta o acompanhamento dedicado das suas famílias que tudo fazem para alimentar o sonho dos seus filhos.

Tomás Colaço é o mais recente motivo de orgulho enquanto almadenses e apreciadores do fenómeno desportivo, pelo que o seu exemplo pode e deve representar para todos, em especial para os jovens que como ele sonham, no desporto ou em outras áreas de atividade, atingir os mais altos patamares.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Saudar a Seleção Nacional de Futsal Sub-19 pela conquista inédita do Campeonato Europeu disputado em Porec, na Croácia, momento que engrandece Portugal e é orgulho dos portugueses;

Manifestar o profundo reconhecimento ao Tomás Colaço pela conquista alcançada, a qual ficará gravada a ouro nos anais do desporto nacional, acrescentando o seu nome aos campeões da nossa terra, orgulho particular dos almadenses, pelo que o seu exemplo representa como referência para as novas gerações que nele se podem inspirar para alcançar os seus sonhos.

**Moção**

**Assegurar o direito à habitação. Exigir ao Governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco**

Os problemas da habitação com que os portugueses se confrontam, assumem uma extraordinária dimensão, exigindo a adoção de medidas que travem e revertam a dinâmica especulativa a que está submetida, recentrando no Estado a responsabilidade constitucional e os meios indispensáveis para um amplo e eficaz programa nacional de habitação de promoção pública.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**EDITAL**

Nº 126/XIII-3º/2021-25

**(Moções/Deliberações)**

Medidas que têm de assumir como objetivo central, enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias.

Medidas que, para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis, garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Medidas que não encontramos no chamado pacote “mais habitação”, recentemente lançado pelo Governo. Este, como anteriores programas semelhantes, não assegura nem o forte investimento público, nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que exige uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem, designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Reclamar ao Governo a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital.
2. Exigir ao Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano), fixando-o em 0,43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos.
3. Exigir ao Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes.
4. Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à habitação.

**Voto de Saudação**

**Pela Inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Carlos Gargaté**

A educação constitui um alicerce estratégico e essencial quer para o desenvolvimento individual, quer para o desenvolvimento societário, que sustém o presente e alavanca o futuro. A educação não é senão um instrumento ativo da democracia, enquanto garante do direito à igualdade de oportunidades, de construção de uma cidadania para todos e todas e de inclusão social.

No âmbito do lançamento do regime experimental das Escolas Básicas Integradas, no longínquo ano letivo de 1993/1994 surge a Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica.

Mais tarde, em 2007, foi constituído o Agrupamento de Escolas da Charneca de Caparica e em 2011 foi alterada a sua designação para Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté. Com efeito, uma homenagem ao



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**EDITAL**

Nº 126/XIII-3º/2021-25

**(Moções/Deliberações)**

professor e pintor, cuja obra deixou marca no concelho de Almada, em especial junto dos alunos e alunas que acompanhou, enquanto professor e diretor da Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica.

Devido à evidente expansão demográfica desta vila e, após reunidos muitos esforços por parte do Executivo da Câmara Municipal de Almada, do Executivo da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, junto do Ministério da Educação, concretizou-se a vontade de ser possível os e as estudantes da Vila de Charneca de Caparica poderem frequentar o Ensino Secundário, sem terem que frequentar, necessariamente, escolas implantadas em outras freguesias do concelho, obrigando os alunos e alunas a alterarem as suas rotinas de vida após a conclusão do 9º Ano de Escolaridade.

Assim sendo, decorreu no passado dia 11 de setembro a inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Carlos Gargaté, contando com a presença do Ministro da Educação João Costa, do Secretário de Estado da Educação António Leite, da Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros e do Presidente da Junta de Freguesia Pedro Matias.

Neste ano letivo a escola recebe 90 alunos e alunas no 10.º ano, e nos próximos dois anos já terá capacidade para receber novos alunos (90 em cada ano), até atingir a capacidade de 270.

Indagam-se, naturalmente, se esta é a resposta definitiva face às necessidades educativas da população desta Vila, ao que se responde que não.

É, por isso, que defendemos a construção de uma nova infraestrutura na Charneca de Caparica, capaz de receber um maior número de estudantes. Mas a verdade é que se deu o primeiro grande passo que, de facto, durante tantos anos de governança desde 1993 neste concelho, nem sequer avançou.

De facto, fez-se história na Vila de Charneca de Caparica, de facto, Cumpriu-se, fez-se.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, saúda o Município de Almada pelo investimento feito em parceria com o Ministério da Educação no Edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na requalificação do parque escolar no nosso Município e, por último, na valorização que tem imprimido à Escola Pública, de qualidade e acessível a todos.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 22 de setembro de 2023

O Presidente da Assembleia Municipal

(Ivan da Costa Gonçalves)